

## Continuidade, ruptura ou o quê? Repensando interpretações sobre a urbanização paulistana de fins do XIX\*

Fraya Frehse\*\*

**Resumo:** Com base em considerações de Claude Lévi-Strauss sobre a categoria de historicidade, cabe analisar interpretações sobre a urbanização paulistana de fins do século XIX. Trata-se de um contexto que instiga o pensamento social pela aparente linearidade do seu desenvolvimento histórico, em meio à intensidade das mudanças socioeconômicas, demográficas, físicas e urbanísticas em curso na cidade sobretudo a partir dos anos 1870, no bojo da prosperidade crescente das exportações cafeeiras paulistas e da crise final da escravidão no país. O que cada estudioso ressaltará, quanto à historicidade do processo, depende eminentemente da “significação” que tais ou quais propriedades do universo em questão terão para ele, inserido que está em um “sistema de referências” definido.

**Palavras-chave:** São Paulo (cidade); urbanização (história); século XIX; historicidade; significação.

\* Comunicação que integrou a sessão “Dilemas da modernidade e do liberalismo no Brasil”, do Grupo de Trabalho “Pensamento Social no Brasil”, no âmbito do XXIV Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), realizado em Petrópolis de 23 a 27 de outubro de 2000.

\*\* Mestre e Doutoranda em Antropologia Social na USP; bolsista FAPESP e pesquisadora do Núcleo de Antropologia Urbana da USP.

*“A historicidade ou, para ser mais exato, a riqueza em acontecimentos de uma cultura ou de um processo cultural, são função, não de suas propriedades intrínsecas, mas da situação em que nos encontramos em relação a elas, do número e da diversidade de nossos interesses, que nelas empenhamos”.*

(Claude Lévi-Strauss, *Raça e História*, 1952)



**E**sse argumento do célebre autor estruturalista, formulado no âmbito de uma discussão mais ampla, promovida pela UNESCO no Pós-Guerra, sobre as vicissitudes da questão racial e sua relação com a história ocidental (LÉVI-STRAUSS, [1952] 1976), oferece subsídios para que se pense também objetos outros, em outro tempo, outro espaço.

Lévi-Strauss lança uma nova luz sobre a temática da historicidade, definida no mesmo ano, pelo filósofo Claude Lefort, como formas diferenciadas de conceber o devir, em meio à vigência de relações de dependência específicas entre os indivíduos, determinados “modos de socialidade” (LEFORT, 1979: 52). Para o antropólogo, a problemática pode ser sintetizada em termos de “focalização”: o que importa, para a caracterização de um dado desenvolvimento histórico, é a “posição do observador” em relação à cultura contemplada (LÉVI-STRAUSS, 1976: 345). Assume o primeiro plano da análise, portanto, a noção de “situação” – enquanto *ação situada*, isto é, *relacionada* com o contexto em que se movimenta o observador que quer definir a historicidade de um determinado universo sociocultural.

Só que obviamente não se trata da posição subjetiva do observador. Pautado na concepção estruturalista de um “humanismo sem sujeito” (TODOROV, 1993: 90), Lévi-Strauss ressalta que nenhuma situação que o observador estabelece com o universo em questão está isenta de

*“um sistema complexo de referências, consistindo em juízos de valor, motivações, centros de interesse, compreendendo aí a visão reflexiva que a educação nos impõe do devir histórico de nossa civilização, sem a qual esta se tornaria impensável ou apareceria em contradição com as condutas reais”* (LÉVI-STRAUSS, 1976: 345).

Está em jogo, em outras palavras, todo um contexto de referências simbólicas, de regras. Fornecendo parâmetros para a compreensão do nosso devir, esse contexto influiria na concepção que temos de outros. Nesse sentido, ganha relevância analítica,

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

para o autor, a categoria de significação. O observador avaliaria um dado desenvolvimento histórico em função da significação que este possuiria para ele. Se as “propriedades” de uma cultura forem dotadas de significação para aquele que a contempla, a história dessa cultura lhe parecerá acelerada, “cumulativa”; caso contrário, a impressão evocada será a de uma “história estacionária” (LÉVI-STRAUSS, 1976: 344-349).

Ao equacionar dessa forma a problemática da historicidade, Lévi-Strauss não apenas reitera, nos termos da antropologia estruturalista, que as diversas sociedades mantêm relações distintas com o passado e o futuro (LEFORT, 1979: 48). Abre espaço também para que se pense o *teor* que as várias concepções sobre o devir de um dado contexto sociocultural assumem para outros sistemas de referência: *como* uma dada sociedade avalia e conceitua o desenvolvimento histórico de outra.

Porém, gostaria de ir mais longe, propondo, neste texto, que essas considerações lévi-straussianas nos permitem compreender os diferentes conteúdos que vai assumindo, ao longo do tempo, o *pensamento social acerca de um determinado desenvolvimento histórico*. Em outras palavras, a reflexão nos auxilia a focar algumas das lógicas que permeiam as inúmeras interpretações produzidas socialmente no intuito de caracterizar o devir de um dado contexto histórico. O que cada pensador ressaltará nesse sentido depende eminentemente da significação que tais ou quais propriedades do contexto em questão terão para ele, inserido que está em um sistema de referências definido.

Meu objetivo aqui é avaliar essa proposição teórica à luz de um contexto bem específico, que instiga o pensamento social precisamente pela aparente linearidade de seu desenvolvimento histórico: a cidade de São Paulo de fins do século XIX.

A partir dos anos 1850 e, em particular, da década de 1870, um cenário urbano de aparência eminentemente rural torna-se palco de transformações socioeconômicas, demográficas e urbanísticas até então inéditas, em meio à prosperidade das exportações cafeeiras do chamado “Oeste” paulista e à crise final da escravidão no país. Esse conjunto de processos conflui para caracterizar



a urbanização paulistana de fins do XIX. Ela implica uma alteração dos espaços da cidade em favor de um maior controle e racionalização, de modo a assegurar para São Paulo o *status* de entreposto comercial e financeiro privilegiado e esfera de influência primordial para as relações entre as lavouras cafeeiras do interior e o capital internacional.

Diante desse conjunto de fatores, uma primeira impressão possível é de que “tudo muda” na sociedade paulistana a partir do último quartel do XIX. Afinal, as inovações em curso nesse momento evocam uma série de experiências sociais ligadas à difusão, pelos quatro cantos do mundo, dos efeitos econômicos e tecnológicos da modernização engendrada na Europa pela Revolução Industrial de fins do século XVIII<sup>1</sup>.

Entretanto, não é essa unanimidade que se percebe ao se analisar o modo como algumas das principais interpretações acadêmicas sobre a urbanização brasileira do século XIX, produzidas desde a década de trinta do século XX, focalizam especificamente a dinâmica sociocultural subjacente ao processo histórico em curso na São Paulo do último quartel do Oitocentos<sup>2</sup>. Sem a pretensão de contemplar a totalidade das abordagens historiográficas sobre o tema, refiro-me a trabalhos que, produzidos dentro ou fora dos muros da Universidade, propõem teorizações sobre o desenvolvimento histórico paulistano lançando mão do instrumental teórico-metodológico das ciências humanas. Contemplar a maneira como esses estudos concebem o desenvolvimento histórico da cidade da época deixa entrever que a ênfase que os diferentes autores darão à mudança ou persistência de antigos hábitos, concepções e valores sociais, em meio às transformações no ambiente físico, nas relações políticas e econômicas, depende fundamentalmente das propriedades da urbanização que cada um deles considera prenes de significação, à luz de “sistemas de referências” específicos.

A fim de elucidar esse argumento, nada melhor do que debruçar-se, agora, sobre essas várias caracterizações. A retomada trará à tona, ao fim, basicamente *três* imagens de cidade, que acabam por se diferenciar entre si com base em concepções diver-

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

<sup>1</sup> Assumo aqui a noção de modernização do historiador Perry Anderson (1986), que a concebe como processo econômico e tecnológico desencadeado pela Revolução Industrial, e que conta com duas fases: a primeira na virada do século XX, com a invenção de mercadorias condicionantes do estabelecimento de uma sociedade de massas, e a segunda, depois do conflito mundial de 1939-1945, com o surgimento da microeletrônica e das conquistas aeroespaciais.

<sup>2</sup> Quando me remeto a “dinâmica sociocultural”, não pressuponho que os autores dos estudos em questão se utilizem especificamente dessa categoria para suas análises. Quero aludir apenas ao fato de que esses pensadores acabam por centralizar os seus interesses analíticos nas interações e concepções sociais subjacentes ao processo de urbanização na cidade daquele momento.



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

sas a respeito precisamente da dinâmica sociocultural subjacente ao processo histórico das décadas finais do Oitocentos.

\*\*

É importante assinalar que, se assumo como objeto de análise a produção acadêmica constituída a partir do terceiro decênio do século XX, não ignoro que as primeiras reflexões sobre o tema aqui contemplado apareceram muito antes. Algumas, já consideradas clássicas por estudiosos do tema, resultam das observações de viajantes brasileiros (DINIZ, 1882; PINTO, 1979) ou estrangeiros (KOSERITZ, 1972; RAFFARD, 1893) e estudiosos contemporâneos da São Paulo dos últimos trinta anos do Oitocentos (AZEVEDO MARQUES, 1953; SAMPAIO, 1979).

Outras obras são posteriores. Surgiram um pouco antes ou já propriamente no período aqui focado. Seus autores são memorialistas (entre outros, MARTINS, 1912; MOURA, 1943) e historiadores “empíricos” – estes últimos, em geral, funcionários dos arquivos ou museus históricos, mas também, por vezes, membros do Instituto Histórico e Geográfico paulistano (FREITAS, 1978; SANT’ANNA, 1950-53)<sup>3</sup>.

Mas, pelo que foi possível perceber, é apenas a partir da década de trinta que começam a ganhar corpo trabalhos acadêmicos que abordam o tema. Elegendo boa parte da produção acima considerada como fontes primárias ou secundárias de pesquisa, autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda remetem-se, em 1936, mesmo que de forma fragmentária, à dinâmica sociocultural envolvida na urbanização paulistana oitocentista, a fim de formularem interpretações pioneiras sobre o mundo urbano brasileiro do XIX (FREYRE, 1936: *passim*; HOLANDA, 1984: esp. 40-61; 101-112).

Os anos trinta representam também o momento em que se abre, em São Paulo, todo um novo espaço institucional para os estudos socioculturais sobre a cidade. Fatores-chave para tanto são a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São

<sup>3</sup>O levantamento mais completo disponível sobre os trabalhos de viajantes, memorialistas, cronistas e historiadores que escreveram sobre a cidade de fins do XIX, foi realizado por Ermani da Silva Bruno (1983c: 1387-1415).



Paulo, em 1934, e a conseqüente formação dos primeiros quadros de cientistas sociais, sobretudo por professores estrangeiros interessados em pesquisar a própria cidade e em incentivar estudos a respeito desta<sup>4</sup>.

Por fim, é necessário chamar a atenção para o fato de que a terceira década do século representa, para a vida urbana paulistana em geral, um momento digno de nota. Derrotado politicamente no âmbito federal - primeiro em 1930 e, posteriormente, em 1932 - o Estado de São Paulo e, em especial, sua capital, vivem um momento de transição. Em decorrência da crise do café, as tendências de expansão da indústria paulistana e de crescimento populacional sofrem um forte abalo, do qual só se recuperarão nos anos quarenta e cinquenta, já com fortes mudanças qualitativas (SINGER, 1968: 62). Os anos trinta representam, pois, um ponto de inflexão no interior da acelerada dinâmica de transformações em curso há mais de meio século, e que a partir de então tende a se exacerbar, de forma a colocar a cidade no centro do processo de "maior intensificação do desenvolvimento do país" (SINGER, 1968: 59).

O debate intelectual sobre o caráter da urbanização paulistana oitocentista que se esboça nesse contexto apresenta uma característica que será constante nas discussões sobre a cidade. Trata-se do destaque dado pelos mais variados estudiosos à temática das mudanças socioeconômicas, urbanísticas, demográficas e físicas a que São Paulo é submetida a partir dos anos 1870. Constitui-se a partir de 1930 inclusive toda uma linha de trabalhos voltados especificamente para a busca das supostas "causas", "fatores", "condições" - a terminologia aplicada varia de autor para autor - da metamorfose urbana do período. Esse tipo de abordagem se torna menos freqüente apenas no decorrer da década de setenta, à medida que vão rareando as pesquisas específicas sobre as origens da industrialização paulistana (PRADO JÚNIOR, 1935 e 1941; PAULA, 1936; MORSE, 1950 e 1952; CARDOSO, 1951 e 1960; MONBEIG, 1953; DEAN, 1971; SINGER, 1968; CANO, 1977; MARTINS, 1996).

Os argumentos que se consolidam no âmbito desse debate serão combinados de formas diferenciadas pelos mais diversos estudiosos da cidade de fins do XIX. E isso mesmo que a temática

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

---

<sup>4</sup> Vale mencionar, nesse sentido, a atuação decisiva de intelectuais como Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide (cf. MAGNANI, 1992: 47-48).



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

respectivamente enfrentada não gire em torno da busca de aspectos que expliquem a causa das transformações urbanas (MATTOS, 1955; QUEIROZ, 1976; TOLEDO, 1996; NACLÉRIO HOMEM; 1996; ROLNIK, 1997).

Se é unânime a referência à mudança, à ruptura quando o que está em jogo são as esferas socioeconômica, urbanística, física ou demográfica, não se pode afirmar o mesmo quando entra em questão a dinâmica sociocultural subjacente ao processo histórico vivenciado na cidade em fins do XIX.

\*\*

Nos trechos esparsos em que tratam da São Paulo da segunda metade do XIX, os trabalhos de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda de 1936 deixam entrever, para além das óbvias diferenças de enfoque teórico-metodológico que lhes subjazem, uma mesma apreensão da dimensão sociocultural ligada à urbanização. Ambos os autores acentuam, a despeito de todas as mudanças engendradas em outras esferas da vida urbana, o vigor da presença do mundo patriarcal, historicamente associado ao mundo rural, no universo paulistano de então – e nas grandes cidades brasileiras de maneira geral. Freyre, por exemplo, chama a atenção para a ruptura que o “surto” do café acabaria por representar para a economia, os costumes, valores, relações sociais e, em especial, para a configuração espacial da casa e da rua (FREYRE, 1936: 188-189). Porém, assinala, no prefácio à primeira edição do livro, que, apesar de tudo isso, “a casa [‘patriarcal’] do século XIX continuou a influir, como nenhuma dessas forças [a ‘rua’, a ‘catedral’, a ‘fábrica’, o ‘colégio’, o ‘hotel’, o ‘laboratório’, a ‘botica’], sobre a formação social do brasileiro de cidade” (Ibidem: 21). Nesse sentido, mesmo que o tema do livro, indicado no subtítulo, seja o processo de *transformações* enfrentado pelo patriarcado rural em meio à urbanização, vale notar que, em momentos de síntese da proposta teórica – como é o caso do prefácio –, Freyre enfatiza a persistência quase que estrutural, no mundo urbano brasileiro daquele momento, de toda uma visão de mundo que gira em torno da casa patriarcal.



Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, é mais radical em relação à continuidade do passado em pleno momento de mudanças. Argumenta em favor do peso da “herança rural” – aliás, título do terceiro capítulo do livro. Esta insistiria em se fazer presente mesmo em cidades brasileiras submetidas às reformas que teriam engendrado o “desenvolvimento da urbanização” no país a partir da segunda metade do século (HOLANDA, 1984: 105). Em particular a gestão dos negócios públicos se veria constantemente contaminada pela tentativa, por parte dos administradores, de fazer com que a ordem impessoal característica do Estado burocrático cedesse espaço à “cordialidade” das relações sociais pessoais e próximas, próprias dos círculos restritos que historicamente teriam caracterizado a família patriarcal (HOLANDA, 1984: 106-107).

Retenha-se, portanto, que, a despeito de suas preocupações e pressupostos teóricos distintos, os dois pensadores dão um forte peso, em suas análises, à intensidade com que a herança patriarcal incidiria sobre o universo urbano em transformação. Uma característica intrínseca à cidade brasileira no ocaso do XIX – e São Paulo é um exemplo sempre mencionado – seria a presença do rural nela; e isso para além da aceleração das mudanças tecnológicas, econômicas e urbanísticas que marcariam o seu crescimento. É um rural que, corporificado institucionalmente na família patriarcal e espacialmente na casa senhorial, embeberia as relações sociais, econômicas e políticas construídas no mundo urbano.

É com os primeiros estudos de Florestan Fernandes, na década de quarenta, que esse tipo de argumento sobre a urbanização brasileira de fins do XIX será levado adiante, enfocando em especial São Paulo. E isso por menos que o autor aluda, em seus textos, aos dois pensadores anteriormente referidos. Ao centrar-se nas manifestações folclóricas subjacentes às brincadeiras infantis, cantigas e adivinhas paulistanas da São Paulo da década de quarenta, o sociólogo reconhece que está diante de fenômenos, no presente da cidade, que remeteriam a padrões de relacionamento social fortemente ligados ao passado rural (e patriarcal) da sociedade brasilei-

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

---

<sup>5</sup> Outros estudos sobre o folclore escritos pelo autor nessa época são FERNANDES (1944, 1947, 1952a).

ra. A “persistência” das adivinhas na vida urbana, por exemplo, não poderia ser desvincilhada do “passado, de que se originam” (FERNANDES, 1952b: 152)<sup>5</sup>.

Percebe-se, pois, que Fernandes reitera, mesmo que em termos próprios, a tese sobre o caráter sociocultural da urbanização que perpassa os estudos de Freyre e Holanda: a força de relações de sociabilidade e costumes próprios do mundo rural no cenário urbano, a despeito das enormes pressões e transformações a que ele é submetido desde, no mínimo, meados do XIX.

É instigante notar que, enquanto se publicam as primeiras reflexões de Fernandes sobre o folclore, outros estudiosos ressaltam precisamente a *ruptura* engendrada na esfera sociocultural em meio às transformações que São Paulo experimentou nas últimas três décadas do XIX. Em seu primeiro trabalho sobre o passado paulistano oitocentista publicado em português, o historiador americano Richard Morse – mesmo que mais preocupado com as “raízes” que explicassem a dinâmica urbana do período do que com a esfera das relações e dos valores – preconiza ter ocorrido, neste momento, uma “completa reorientação” das “maneiras e valores de S. Paulo” (MORSE, 1950: 475-476). E isso por causa da “ausência de uma cultura profundamente enraizada”: ela “deixou o caminho aberto para novas formas de vida” (MORSE, 1950: 475-476).

Essa tendência interpretativa ganha impulso, em particular, nos trabalhos publicados nos anos imediatamente anteriores ou durante as celebrações do quarto centenário de fundação da cidade, que se deram em 1954. Aludindo a características arquitetônicas, urbanísticas, culturais da cidade no passado, autores acentuam o “progresso” que marcaria as mudanças urbanas desde a década de 1870. Dentre eles, destaca-se o enorme empenho de Ernani da Silva Bruno (1983) em reconstituir, por meio de uma conjugação das mais diversas fontes documentais, os quatro séculos de história paulistana. Mas também, fortemente inspirado nessa pesquisa, o longo artigo de Odilon Nogueira Mattos (1955). Em meio à quantidade de dados históricos que este autor fornece sobre o vigor das mudanças econômicas, urbanísticas, demográficas e físicas em curso na cidade a partir de 1870, acaba por preconizar que, em vinte anos, teria se



alterado completamente a “mentalidade” da sociedade (MATTOS, 1955: 116). Mas a síntese mais acabada dessa tese, quem a fornece é mesmo Bruno, por meio da seqüência de títulos dos respectivos volumes que compõem sua enciclopédica obra: o “sono colonial” que caracterizava o pequeno e pobre “arraial de sertanistas” desapareceria diante da “impetuosidade” do “burgo de estudantes”, que, desde os anos 1870, cresceria rapidamente, a fim de fazer São Paulo “conquistar a posição de metrópole do café” (BRUNO, 1983b: 455-456; 1983c: 914)<sup>6</sup>.

É no mesmo ano de 1954 que Morse publica – “de maneira limitada”, ou seja, com circulação editorial restrita, como ele mesmo dirá na “nota explicativa” da segunda edição, de 1970 – sua obra mais importante, em que aprofunda o seu ponto de vista sobre a dinâmica sociocultural paulistana de fins do Oitocentos (MORSE, 1970). Apoiado numa quantidade vastíssima de documentos oficiais e não-oficiais, o autor retoma, com relação ao intervalo temporal que me interessa, a tese já presente na análise de Eurípedes Simões de Paula (1936), sobre a “segunda fundação de São Paulo”. Morse preconiza que “por volta de 1870” teria ocorrido “a gênese da cidade como metrópole” (MORSE, 1970: 227).

Percebe-se, contudo, ao longo do texto, que o argumento se aplica primordialmente à velocidade das mudanças nas esferas econômica, física, tecnológica, demográfica e da vida intelectual. Quando o assunto é o que o historiador chama de “nova configuração da vida” – ou seja, “*o que significava a urbanização (...) em termos de experiência, comportamento, e valores dos cidadãos*” –, decresce bastante a contundência das transformações. Ao mesmo tempo em que ocorreria a “desintegração” de “muitos dos antigos determinantes de classe” (velhas distâncias sociais vigentes no mundo escravista), faltaria à sociedade “*uma ‘perspectiva urbana’ singular e integrada a que se referissem para censura ou para aprovação os padrões de comportamento, morais ou imorais*”. Isso por menos que seja possível falar na “iniquidade da cidade moderna” (MORSE, 1970: 263-268).

Essa caracterização traz de forma implícita a preocupação de Morse em matizar o descompasso entre o ritmo dos processos

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

<sup>6</sup> Cabe notar que, para qualificar a cidade como “burgo de estudantes” – caracterização que viria a se tornar clássica na historiografia paulistana –, Bruno lança mão da argumentação de Morse contida no artigo mencionado anteriormente, e que diz respeito à influência urbanizadora que a inauguração da Faculdade de Direito, em 1828, teria exercido sobre a cidade.



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

econômicos, políticos, demográficos, físicos, e aquele que marca a dimensão sociocultural do contexto paulistano. O autor acaba, assim, por relativizar a própria radicalidade da subtese contida no seu artigo de 1950, sobre uma completa mudança nas “formas de vida e a escala dos valores dos paulistanos” durante o século XIX.

A despeito desta conclusão, o que predomina em *Formação Histórica de São Paulo*, no que diz respeito à problemática aqui em questão, é mesmo a ênfase à desagregação dos velhos padrões valorativos e de relacionamento social paralelamente à inexistência de novos referenciais. O autor acentua, portanto, a ruptura em relação ao passado – e a dramaticidade que isso representaria para toda a sociedade: “o senso de perda não escapava aos homens da época” (MORSE, 1970: 269).

Note-se, contudo, que, na “Introdução” e no “Epílogo”, ambos escritos para a segunda edição brasileira da obra, publicada quinze anos mais tarde, Morse revê criticamente essa posição. A fim de que se entenda o sentido do título do capítulo final agregado ao texto, “Ecologia, sociedade, cultura: Reconsideração de alguns temas – 1968”, é fundamental acompanhar como avança, a partir da década de cinquenta, a discussão relativa à dimensão sociocultural da urbanização paulistana de fins do XIX.

Cabe assinalar que não só de odes à “mudança acelerada” e à “rapidez do crescimento da cidade” se alimenta o debate acadêmico paulistano nos anos imediatamente anteriores ao chamado “Quarto Centenário”. E isso se deve em boa parte ao tipo de preocupação teórica vigente nas ciências sociais paulistanas da época, concentradas sobretudo em buscar as singularidades históricas da sociedade brasileira em meio ao desenvolvimento capitalista periférico do país (MARTINS, 1998: 24). Isso implicou necessariamente que os trabalhos destacassem, cada um à sua maneira, a importância analítica dos padrões de relacionamento social referidos ao passado rural e escravista brasileiro.

Em 1951, Antonio Candido publica numa coletânea americana um célebre texto em que caracteriza “sociologicamente” a “família brasileira” sob a “perspectiva histórica” (CANDIDO, 1951). Este enfoque torna inevitável que o sociólogo, mesmo dedicando



boa parte do texto à análise das vicissitudes da estrutura familiar no período colonial, repouse seu olhar sobre o início do século XIX. Retomando argumentos já presentes em Gilberto Freyre, ressalta a “desorganização estrutural” a que teria sido submetida a família patriarcal ao longo do Oitocentos em decorrência da urbanização (CANDIDO, 1951: 307). No entanto, o autor salienta também que num país como o Brasil, de “desenvolvimentos” desiguais, seria possível encontrar, ainda nos anos cinquenta, grupos familiares de todos os tipos, apoiados, em grande parte, na preservação da economia de latifúndio: do “semipatriarcal ao grupo conjugal moderno desassociado de qualquer tradição”. E mais: a própria imigração, fator em princípio visto como inovador cultural,

*“freqüentemente contribui para a manutenção de antigos padrões, não apenas porque os imigrantes adotam traços semipatriarcais através do contato cultural, mas porque em vários casos eles carregam em si traços análogos”* (Idem, ibidem: 305-306).

A análise deixa entrever a preocupação do autor em destacar a força das antigas referências, para além da presença (inegável e irremediável) do novo, corporificado na urbanização.

Essa perspectiva interpretativa permeará não apenas a produção da primeira geração de pesquisadores formada pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, da qual Candido faz parte. Trabalhos de autores como Fernando Henrique Cardoso, aluno de Candido e de Florestan Fernandes, são bem indicativos de que a segunda geração de cientistas sociais da instituição também tem essa preocupação em mente. Vale mencionar, nesse sentido, o artigo que o então jovem intelectual lança em 1951, referente às “condições e fatores sociais” da industrialização na cidade (CARDOSO, 1951). Mesmo considerando ter havido enormes mudanças na São Paulo de fins do XIX, o autor pondera que as especificidades do posterior sistema industrial paulista devem muito ao fato de que o “empresário industrial”, mesmo que produto de “formas novas de conduta social”, “não esteve imune aos

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



influxos culturais e psicológicos da antiga ordem social e econômica” (CARDOSO, 1951: 154-158).

Mas, no âmbito da discussão sobre a dimensão sociocultural da urbanização paulistana, é particularmente relevante a posição de Florestan Fernandes, orientador do próprio Cardoso e colega de Candido na Universidade. Se a temática da história urbana já se fizera presente nos trabalhos do sociólogo sobre o folclore, é apenas quando esse passa a se dedicar à questão racial que a cidade da segunda metade do XIX se torna um objeto específico de análise. As suas primeiras reflexões a esse respeito constituem os dois capítulos iniciais de uma investigação maior, realizada em conjunto com Roger Bastide, sobre o preconceito racial em São Paulo (FERNANDES, 1955a e 1955b). Concebendo como impossível compreender as relações entre negros e brancos na década de cinquenta sem ter clareza sobre a “história do negro” – e, portanto, a “história da economia paulista”, que durante muito tempo teria dependido da primeira –, o sociólogo é levado a debruçar-se sobre a urbanização paulistana de fins do XIX.

O ponto crucial, para os fins do presente texto, é que, segundo o autor, a dinâmica de mudanças urbanas oitocentista não teria impedido que São Paulo permanecesse,

*“até o fim do século, uma sociedade rural que desempenhava, por circunstâncias peculiares, a função de centro comercial, bancário, intelectual e burocrático de uma Província estritamente agrícola”* (FERNANDES, 1955a: 43).

No intuito de corroborar o argumento, o sociólogo enfatiza a importância que continuariam tendo, na cidade de fins do XIX, as atividades agrícolas. Assinala o pouco tamanho do centro “urbano” propriamente dito, a manutenção da organização das “ocupações de alguma representação social” segundo critérios estamentais – e isso para além do irremediável processo de desorganização do trabalho escravo e de desintegração da ordem social escravocrata” (FERNANDES, 1955a: 43-48).



A tese central sobre o caráter social da urbanização paulistana oitocentista será aprofundada por Fernandes num segundo texto, apresentado num congresso internacional no mesmo ano de 1955 (FERNANDES, 1960). Assumindo São Paulo como caso empírico, o objetivo é elaborar conceitos aplicáveis à compreensão do “desenvolvimento” de qualquer “grande cidade brasileira” (FERNANDES, 1960: 179). Partindo da constatação de que o contexto em estudo “em menos de meio século transformou-se muito mais radicalmente que nos últimos três séculos anteriores”, Fernandes distingue o peso de uma inevitável “desorganização social”, perceptível na urbe ainda nos anos 1940. Por meio do modelo tönnesiano de “comunidade” e “sociedade”, afirma que, ao mesmo tempo em que laços de solidariedade estariam sendo substituídos por relações movidas pela racionalidade, concepções de mundo antagônicas criariam “tensões emocionais e insatisfações morais” (FERNANDES, 1960: 187).

Se esse pano de fundo aponta, em princípio, para um fenômeno geral, comum também ao que o sociólogo chama de “formação da sociedade burguesa na Europa”, importaria ressaltar as peculiaridades da dinâmica social no mundo urbano brasileiro. Em relação ao período aqui contemplado especificamente, o autor argumenta que

*“graças à escravidão e à mentalidade por ela produzida, por causa da herança cultural legada pelo regime escravocrata e senhorial, com a estabilidade de antigos costumes, a cidade ainda é semi-urbana”* (1960: 194).

E isso apesar da metamorfose econômica, política e urbanística em curso em São Paulo desde o quartel final do século. A manifestação mais acabada desse fenômeno se daria na esfera das relações sociais, por meio da

*“valorização social das ocupações segundo critérios estamentais, a importância atribuída à ascendência ou à cor da pele, a separação dos sexos e as gradações de prestígio associadas à idade, a dominação tradicional e gerontocrática, pelas tradições*

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

*e uma espécie de evocação bucólica do passado heróico dos paulistas” (Idem, ibidem).*

Quatro anos mais tarde, também Freyre aprofundará teoricamente a sua concepção sobre a dinâmica sociocultural subjacente às transformações urbanas brasileiras de fins do XIX (FREYRE, 1962). Apoiado numa série enorme de relatos autobiográficos, além de outras fontes, textuais, iconográficas e mesmo em exemplares de cultura material, o antropólogo-sociólogo pernambucano propõe-se a traçar um quadro absolutamente multifacetado das dimensões política, cultural, étnica, econômica, religiosa e social da vida brasileira entre 1870 e 1920.

O que amarra todo esse empreendimento hercúleo – terceira parte da trilogia que engloba também *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos* – é basicamente um argumento, explicitado de antemão numa extensa “Tentativa de síntese”, sobre as temporalidades do “social, cultural e psicológico de um povo moderno – o brasileiro”. Trata-se da convicção da absoluta interdependência entre passado, presente e futuro no Brasil, só que “quase sempre sob o comando do passado naquilo que o passado secreta ou intimamente mantém como condição contemporânea do presente” (FREYRE, 1962: clxvii-clxxix; grifos meus). E isso em plena época de “transição e de modernização” (FREYRE, 1962: xxiii-xxiv).

Essas palavras sintetizam toda uma longa discussão, que Freyre faz questão de esmiuçar em outro complexo bloco, “Nota metodológica”. Menos do que retomar aqui todos os meandros da tese central, cabe chamar a atenção para o fato de que ela resulta de um imenso esforço, por parte do autor, em definir, segundo os pressupostos gurvitchianos sobre os “tempos sociais”, quais seriam os “ritmos desse viver” para os vários subgrupos que constituem a sociedade brasileira. Nesse contexto, se é certo que o estudioso ressalta a multiplicidade de temporalidades que permeiam a virada do século XX no país, o fato é que, no momento de síntese do argumento fundamental, enfatiza que, em meio à variedade de ritmos, a sociedade não teria rompido, “através de toda a época considerada”, com o pas-



sado e a corporificação máxima deste: a sociedade patriarcal (1962: xxiii-xxiv).

Percebe-se, à luz dessas várias contribuições, que no final da década de cinquenta estão consolidadas as bases de um debate intelectual mais amplo sobre a temática da historicidade da urbanização brasileira e, em especial, paulistana de fins do XIX. As óbvias diferenças – que, não raro, são divergências – teórico-metodológicas entre os diversos autores se rearranjam em novas constelações, quando o assunto é direta ou indiretamente a dimensão sociocultural do desenvolvimento urbano. Os estudos de Freyre, Holanda, Fernandes e Candido, entre outros, confluem em torno de uma certa chave de leitura; as abordagens de Morse, Bruno e Mattos, por sua vez, configuram uma segunda corrente interpretativa, quando a questão em pauta é: *continuidade* ou *ruptura*?

Resta saber como esse debate tem avançado desde os anos cinquenta. É levando-se em conta o intenso diálogo que Morse, em todos os seus anos de pesquisa sobre o Brasil, manteve com a produção acadêmica dos cientistas sociais paulistanos da época, que se entende a “Reconsideração de temas” empreendida pelo autor ao final da segunda edição brasileira de *Formação Histórica de São Paulo*. Já na “Introdução”, o autor anuncia:

*“ao escrever este livro houve um ponto vital que despertou a minha sensibilidade, mas que deixei algo inarticulado na redação: as configurações psicológicas e institucionais que resultam da interação entre as forças de industrialização e modernização com o ethos do mundo ibero-católico”* ([1954] 1970: 21).

No “Epílogo”, o historiador desenvolve o argumento, a partir de uma crítica a outros estudiosos – inclusive a Fernandes e a Cardoso -, que analisariam a sociedade urbana concentrando-se basicamente na mudança e nos processos envolvidos na transição das “configurações presentes” para um “*ethos* mais padronizado ou universal de industrialismo”. Assim, esses intelectuais deixariam de lado precisamente

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



*“a persistência do sistema de crenças e convicções, que não apenas influem nos padrões ‘transitivos’, mas podem determinar de maneira significativa os traços de uma futura sociedade mais completamente industrializada”* (Idem, ibidem: 404; grifo meu) .

A argumentação de Morse traz à tona um novo ponto de vista em relação a autores que até agora, neste estudo, foram caracterizados como “representantes” da tese da continuidade em meio à mudança. Esse aparente descompasso deixa de existir considerando-se que Morse não critica a posição dos dois sociólogos em relação à urbanização paulistana passada, de fins do XIX – e que aqui está sendo contemplada. O historiador contrapõe-se à perspectiva que os autores constroem sobre o *futuro* da sociedade brasileira à luz das “configurações presentes” dessa – contexto no qual a industrialização desempenharia um fundamental papel transformador.

Essa crítica de Morse deixa intuir que este se preocupa, no final da década de sessenta, em acentuar os efeitos das antigas “crenças e convicções” sobre as características da “futura sociedade”. O “Brasil urbano do século XX” seria fortemente marcado por “sobrevivências pré-industriais: familiarismo, paternalismo, relações patrono-clientes, atitudes hierárquicas de deferência, fraco espírito de classe” (MORSE, 1970: 407).

Percebe-se, portanto, que, ao longo dos quase vinte anos que separam a primeira edição brasileira de *Formação Histórica de São Paulo* da segunda, o autor transita da tendência interpretativa que destaca a ruptura, para aquela que dá um peso especial à continuidade da dinâmica sociocultural em meio às transformações urbanas de fins do XIX.

Dois anos depois da nova publicação do livro de Morse, Emília Viotti da Costa se preocupa, numa comunicação transformada posteriormente em capítulo de livro (este, aliás, dedicado a Florestan Fernandes), em formular o que ela chama de “modelo de urbanização característico de áreas de economia colonial e periférica às quais não se ajusta o modelo clássico” (COSTA, 1977). Recorrendo aos exemplos paulista, carioca e recifense, a tese é de que



as inovações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas ocorridas no país na segunda metade do XIX

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

*“não foram de molde a alterar profundamente os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial quando, com exceção dos principais portos exportadores, os núcleos urbanos tiveram escassa importância vivendo na órbita dos potentados rurais”* (COSTA, 1977: 179).

Nessas condições, a “modernização” seria “de fachada”. Em primeiro lugar, porque os padrões de relacionamento social propriamente rurais, como as estruturas de mobilidade fortemente marcadas pelo paternalismo e clientelismo, se reproduziriam na cidade, mesmo que sob novas formas. A instância de mediação de conflitos entre o mundo urbano e rural seria fundamentalmente o patriarcalismo, que conectaria “as ‘classes médias’ urbanas ao grande proprietário rural. O desenvolvimento urbano, além disso, não teria trazido consigo uma verdadeira “revolução tecnológica e científica”. O país continuaria dependente do mercado mundial, “pela importação de tecnologia necessária, existência de abundante mão-de-obra barata e debilidade de mercado interno” (COSTA, 1977: 204-207).

Ao colocar em primeiro plano a permanência dos velhos padrões de relacionamento social, a despeito das rupturas econômicas e tecnológicas engendradas, Viotti também recupera, em termos próprios, uma tradição de perspectivas sobre o desenvolvimento urbano brasileiro de fins do XIX – e em especial paulistano – que conduz, a partir de perspectivas teórico-metodológicas diversas, de Freyre a Fernandes passando por Holanda.

A historiografia paulistana posterior à década de cinquenta, contudo, também investiu na investigação da dinâmica de mudanças que teriam marcado a urbanização oitocentista. Entre fins dos anos sessenta e o início da década de setenta, a tendência a destacar a ruptura, tão presente em autores como Bruno, Mattos e Morse, é submetida a um apurado tratamento teórico por parte de Maria Isaura Pereira de Queiroz, com base na tipologia de “dialéticas” elaborada pelo sociólogo Georges Gurvitch (QUEIROZ, 1978; 1978 e 1978).



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

É certo que o texto de 1971 (originalmente uma comunicação apresentada num congresso internacional), mesmo que aponte para a mudança que a vida urbana paulistana sofreria a partir de 1880 em meio ao “aburguesamento” e à “adoção” do estilo de vida das cidades européias, destaca bastante a “conservação” de antigos “valores culturais” e de padrões de relacionamento familiar, político e econômico - aliás, perceptíveis nessa e em outras cidades do país até no mínimo meados do século XX (QUEIROZ, [1971] 1978: 73-77). No entanto, ao desenvolver de forma mais explícita sua teorização a respeito da relação entre os mundos rural e urbano, em 1973 e em 1978, o peso argumentativo da autora recai claramente sobre a temática da “transformação” nas cidades a partir de fins do XIX, em dependência de quão “rico e progressista” for o “meio rural” (QUEIROZ, [1973] 1978: 58-60; 1978: 292-94).

Partindo, em especial, de um diálogo com as teses do Gilberto Freyre de *Sobrados e Mocambos*, referentes à forte presença do patriarcado no mundo urbano oitocentista, Queiroz argumenta em outro sentido: em vez de uma “adaptação”, teria havido uma radical “transformação” das instituições e costumes agrários no contexto citadino à luz do enriquecimento desencadeado pelas exportações agrícolas do meio rural. E isso pela influência direta das “maneiras de ser européias e distanciadas da civilização rústica” (QUEIROZ, [1973] 1978: 61). Apoiando-se em textos literários de época, a estudiosa afirma que o enriquecimento desencadeado pelas exportações cafeeiras, a expansão do comércio e do setor de serviços, deu-se paralelamente ao fato de que “as novas camadas e subcamadas mais elevadas *adotavam quase imediatamente* a civilização burguesa exportada da Europa” (QUEIROZ, 1978: 298; grifos meus). A presença do rural se restringiria aos grupos subalternos da população, tendendo, de fato, a ser “desbancada” e “exilada” para para outro espaço, distante da cidade: os “confins do meio rural” (QUEIROZ, [1973] 1978: 61).

Essa perspectiva interpretativa é adotada por uma orientanda de Queiroz, Olga Moraes von Simson, em uma conhecida análise sobre a “evolução” das festividades do carnaval na São Paulo da segunda metade do século XIX (SIMSON, 1984). A autora enfatiza,



em especial, as fortes “mudanças socioculturais na vida urbana” desencadeadas nesse momento. À suposta linearidade do desenvolvimento do carnaval corresponderiam alterações proporcionais na estrutura e nos costumes da família paulistana (1984: 243).

O trabalho de von Simson será recuperado, já na década de noventa, por outros autores concentrados na dinâmica social no espaço urbano paulistano em fins do XIX. Um deles é a historiadora Ana Lúcia Duarte Lanna (1996b). Contrapondo-se explicitamente à interpretação de Viotti sobre a urbanização brasileira oitocentista, essa autora defende a “ruptura” que representaria, para a vida social urbana, a série de inovações tecnológicas e socioeconômicas engendradas na cidade de São Paulo (e também em Santos) a partir da década de 1870 (LANNA, 1996b: 37). A fim de corroborar sua tese, seleciona o “espaço público” como foco de análise, que apreende apoiando-se nas reflexões de Jürgen Habermas e Richard Sennett a respeito das relações entre público e privado na Europa e nos Estados Unidos. Nesse sentido, associa a um processo de “privatização do espaço público, de esvaziamento das ruas e de exclusão social” a demolição de antigas igrejas coloniais, a repressão às antigas formas de comércio ambulante, as mudanças que sofreram festas populares como o carnaval, a racionalização e repressão do espaço de moradia dos grupos subalternos da sociedade (LANNA, 1996a: 11-12).

Em outras palavras, também para Lanna tudo muda no contexto urbano brasileiro nesses anos finais do XIX, já que o fenômeno da urbanização resultaria, tal como na Europa, da “consolidação do mundo capitalista”. A singularidade do Brasil nesse sentido residiria eminentemente no fato de que no país a “cidade moderna” “nasce” em meio à crise da escravidão. Esse aspecto, todavia, não impede que a historiadora alegue que o produto urbano desse desenvolvimento histórico obedeça aos marcos do modelo europeu. A cidade brasileira – Santos e São Paulo em especial – viraria o século “moderna, ou seja, historicamente constituída nos marcos de desenvolvimento da sociedade burguesa e capitalista” (LANNA, 1996b: 24).

Concentrando-se, por sua vez, nos efeitos da legislação sobre as vicissitudes da expansão urbana paulistana, a arquiteta Raquel Rolnik também acaba por depositar suas fichas argumentativas na

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

ruptura que, em fins do XIX, caracterizaria o fenômeno em termos socioespaciais (ROLNIK, 1997). Na verdade, a autora inicia sua discussão enfatizando a necessidade de não se atribuir “um caráter de ruptura radical às mudanças ocorridas no findar do século XIX”: o que haveria nesse momento seria um “reforço” do “contraste entre o domínio público e o privado, já presente na cidade colonial”. No entanto, a despeito desse trecho – aliás, polêmico, se levamos em conta a dificuldade teórica em se falar, no período colonial brasileiro, em “público” e “privado”, categorias sociologicamente significativas no cenário europeu de então – (MARTINS, 2000: 93-109) –, é de fato possível associar a perspectiva da autora às abordagens sobre a urbanização paulistana que focalizam sobretudo a *transformação* em relação ao passado. E isso por que a arquiteta se apóia, em sua argumentação sobre fins do XIX, na expressão célebre de Paula sobre a “segunda fundação de São Paulo”, concebendo que a urbe ingressaria no século XX dotada de “um *novo* espaço público, limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa” (1997: 28; grifo meu), além de estar em curso um processo de “privatização da vida pública burguesa”, nos termos de Sennett (ROLNIK, 1997: 33-35).

O que se percebe em interpretações como as de Lanna e Rolnik não é apenas o destaque à transformação. É a orientação da urbanização em curso: vigiria um paralelismo acentuado entre o fenômeno urbano brasileiro e o desenvolvimento das cidades européias na primeira metade do XIX. Cidades como São Paulo são encaradas nesses estudos, portanto, a partir dos critérios de classificação que as aproximariam ou distanciariam do processo em curso nos países capitalistas centrais do Oitocentos.

É fundamental assinalar, entretanto, que a despeito da ênfase na ruptura que caracteriza essas investigações, suas autoras não deixam de mencionar, em suas estruturas argumentativas, trabalhos de estudiosos que desenvolveram uma terceira perspectiva interpretativa a respeito da historicidade da urbanização paulistana de fins do XIX. Esse tipo de abordagem ganha corpo a partir da década de oitenta e advém sobretudo do contato de estudiosos da cidade com uma gama ampla de reflexões acerca da categoria de cotidiano, enquanto esfera privilegiada para a compreensão do processo histórico.



Partindo em especial de uma noção de cotidiano derivada da historiografia americana dos anos setenta sobre a escravidão – que enxerga este como esfera improvisação de papéis informais, de resistência e de potencialidade de conflitos –, aliada à preocupação com a história dos “grupos marginalizados do poder” – propagada pela historiografia de Edward P. Thompson –, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, assistente de Sérgio Buarque de Holanda, estuda o cotidiano das mulheres pobres em São Paulo na primeira metade do século XIX (DIAS, 1994a). O enfoque a transforma em grande incentivadora, na historiografia paulistana, de uma “história microsocial do cotidiano” voltada para a simultaneidade de processos históricos diferentes, “a relatividade das dimensões da história, do tempo linear, de noções como progresso e evolução” (1994: 14). E a perspectiva se aplicaria não apenas à percepção da São Paulo dos primeiros cinquenta anos do Oitocentos. Mesmo o processo de urbanização das décadas subsequentes – do qual a autora trata mais detidamente no prefácio ao livro de uma orientanda sua, que estuda a cidade dos primeiros anos republicanos (PINTO, 1994) – seria marcado por um caráter “muito desigual”, de forma que “na medida do esforço concentrado das elites recém-fortalecidas, aspectos europeizados e modernizantes passaram a alternar-se com traços rurais” (DIAS, 1994b: 19). Assim, a São Paulo de fins do XIX aparece como *locus* cuja marca maior é a *simultaneidade entre continuidade e ruptura*. Por serem múltiplos os processos históricos em curso ao mesmo tempo, não há como falar em mudança sem considerar a permanência que com ela coexiste, e vice-versa.

A abordagem da autora fez escola na historiografia paulistana. Alunos seus partem do mesmo pressuposto para estudar objetos variados relativos à São Paulo de fins do XIX – o que muda são as caracterizações de historicidade respectivamente construídas. Maria Cristina Cortez Wissenbach, por exemplo, contempla o cotidiano de forrós e escravos no “cenário multifacetado”, de “compassos variados” que é São Paulo nas décadas finais do Império (WISSENBACH, 1998). Paulo César Garcez Marins, por sua vez, ao concentrar-se na historicidade das cidades brasileiras entre os séculos XVII e XX para focalizar a relação entre a arquitetura doméstica e os padrões de sociabilidade respectivamente vi-

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

gentes, concebe em particular que no contexto paulistano de meados do Oitocentos, moradores das mais diversas origens “fundiam-se nas ruas mais centrais da cidade justapondo costumes e temporalidades” (MARINS, 1999: 189), o “moderno e o arcaico” (MARINS, 1998: 172).

Mesmo que com base numa noção de cotidiano bastante diferente da de Dias – já que referenciada pela perspectiva dialética da sociologia da vida cotidiana tal como trabalhada por Henri Lefebvre –, o sociólogo e assistente de Florestan Fernandes, José de Souza Martins, também enfatiza a coexistência simultânea entre o velho e o novo, na São Paulo de fins do XIX (MARTINS, 1992; *passim*; 2000: 98ss). Mas se trata de uma coexistência dialética na qual o novo não raro se apresenta à realidade social local como “vida cotidiana”, ou seja, modo de viver específico, estrangeiro e novo, e que, em sociedades como a brasileira, nem bem chegaria a se propor como categoria histórica e sociologicamente possível - a não ser como fragmento residual daquilo que seria a propriamente a vida cotidiana (MARTINS, 2000: 107). Isso o leva a esboçar um quadro sobre a história paulistana da virada do século XX em que o velho convive dialeticamente com o novo, na medida em que brota do âmago mesmo desse novo, cujas marcas notáveis são, entre outros, a industrialização e a redefinição das relações entre a cidade e o seu subúrbio. Vem daí o sentido da frase “No fundo, a Colônia se reproduzia em plena República” (MARTINS, 1992: 11).

Dialogando particularmente com esta última concepção de cotidiano, equacionada em termos da noção de dinâmica sociocultural tal como preconizada pelo antropólogo Marshall Sahlins a partir de um intenso debate com a disciplina histórica, também eu, num estudo antropológico específico, me centrei na historicidade paulistana de fins do XIX (FREHSE, 1999). Assumindo como pressuposto teórico-metodológico lefebvriano a coexistência dialética de tempos históricos que caracteriza a vida social paulistana de fins do Império e o complexo relacionamento, assinalado por Martins (1992), entre história local e História, meu objetivo foi analisar o modo como a sociedade paulistana da época percebeu, no âmbito da vida de todo dia, aquele processo histórico



de instauração do modo de vida cotidiano, à medida que ia inevitavelmente contribuindo para consolidá-lo. Isso implicou buscar, a partir de textos e imagens elaborados pela nascente opinião pública da época, representações então mais amplas, vigentes socialmente, acerca do espaço da rua e do tempo histórico.

Note-se que também uma terceira concepção de cotidiano, presente nos estudos sobre a São Paulo de fins do XIX realizados na década de noventa, subsidia a interpretação de um desenvolvimento histórico paulistano pautado na simultaneidade entre continuidade e ruptura. Recorrendo à ligação íntima que Michel de Certeau estabelece entre poder e propriedade para equacionar a importância do cotidiano enquanto espaço de informalidade e de inventividade, a arquiteta Maria Cecília Naclério Homem busca apreender o que os papéis formais e informais da elite cafeeira no seu espaço primordial de moradia – o “palacete” – revelam sobre as especificidades da implantação desse tipo de edificação na cidade (NACLÉRIO HOMEM, 1996). É o que a faz argumentar que, em meio à “metamorfose nos modos de vida e no programa de necessidades”, seja visível um modo de vida que, ao mesmo tempo em que tenta “eclipsar a civilização agrária”, demonstra que a “civilização urbana” permanece “bastante comprometida com o passado” (Idem, *ibidem*:52-53).

Percebe-se que a discussão acadêmica em torno do desenvolvimento histórico paulistano da segunda metade do XIX – e em especial, das três décadas finais do século – chega à década de noventa dotada de uma abrangência interpretativa com a qual não contava nos anos trinta. A incorporação de “sistemas de referência” específicos acaba por tornar o objeto em questão – o processo de urbanização paulistano do último quartel do Oitocentos – foco de representações variadas sobre a temporalidade dos processos sociais. Progresso? Atraso? Futuro? Passado? A historicidade da cidade é a historicidade que os seus estudiosos lhe impõem.

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



Como entender esse arranjo peculiar de historicidades impostas à São Paulo da virada do século XX? Certamente cabe um papel relevante às orientações teóricas assumidas pelos respectivos autores. Os pressupostos lógicos dessas inevitavelmente mediam a apreensão que se faz de um dado objeto de investigação. É importante ter em mente o culturalismo boasiano com o qual Gilberto Freyre dialoga, a racionalidade weberiana, categoria básica para a análise de Sérgio Buarque de Holanda, ou o modelo de comunidade e sociedade de Ferdinand Tönnies, de que Florestan Fernandes lança mão para pensar os caracteres rurais e urbanos paulistanos. Além disso, a “teoria dos estádios” de Henri Pirenne e Fernand Braudel, utilizada por Eurípedes Simões de Paula e recuperada para a apreensão das “etapas” do desenvolvimento paulistano (Ernani da Silva Bruno e Odilon Nogueira Mattos); os processos dialéticos de Georges Gurvitch (Maria Isaura Pereira de Queiroz); ou o modelo do “declínio do homem público” de Richard Sennett (Ana Lúcia Lanna e Raquel Rolnik). E, por fim, as diversas categorias de cotidiano que, na década de oitenta, ganham importância como perspectivas para a apreensão das características da urbanização paulistana (Maria Odila Dias, José de Souza Martins e Maria Cecília Naclério Homem). Nesse sentido é que as orientações teórico-metodológicas participam dos chamados sistemas de referências que Lévi-Strauss considera definitivos para a avaliação do desenvolvimento histórico de uma determinada cultura.

No entanto, deve haver mais em jogo, nos tais sistemas de referências, do que só diferenças teóricas. Afinal vimos que essas se colocam em termos bem definidos quando a temática em jogo é o que Freyre poeticamente conceitua como “ritmos desse viver” num espaço como São Paulo em fins do XIX, submetido a enormes transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas, demográficas. A multiplicidade de olhares é passível de ser sintetizada em três concepções, moldadas pela ênfase ora na continuidade, ora na ruptura, ou ainda na coexistência tensa e irremediável de ambas.



A fim de arriscar um argumento a respeito dessa conformação peculiar dos discursos é que cabe retomar as considerações de Lévi-Strauss sobre o peso que o sistema de referências exerceria na definição da situação em que nos encontramos em relação a uma dada cultura, quando nos propomos a avaliar seu desenvolvimento histórico, sua historicidade. Empregando, como vimos a noção de sistema de referências de maneira bastante abrangente, o antropólogo não a define em detalhes, para além de uma breve alusão a

*“juízos de valor, motivações, centros de interesse, compreendendo aí a visão reflexiva que a educação nos impõe do devir histórico de nossa civilização, sem a qual esta se tornaria impensável ou apareceria em contradição com as condutas reais” (LÉVI-STRAUSS, 1976:345).*

Isso permite pensar, em relação ao debate acadêmico sobre a urbanização paulistana, que, se o sistema de referências se constitui dos referenciais teórico-metodológicos assumidos pelo respectivo autor, a esses não se restringe. Está em questão todo um substrato mais amplo de socialização acadêmica e pessoal que desemboca em concepções específicas, por parte dos diferentes autores, a respeito da historicidade do universo sociocultural e histórico em que cada um deles se situa – seja este a “nossa civilização” ocidental européia, de Lévi-Strauss; o Brasil ou a São Paulo, dos pensadores da urbanização oitocentista.

Esclarecido esse aspecto, fica claro por que, em meio a orientações teórico-metodológicas específicas, o debate em torno da dinâmica sociocultural paulistana de fins do XIX se canaliza em três posições definidas. As abordagens sobre a urbanização de São Paulo que ressaltam a ruptura, a mudança, a transformação, avaliam a historicidade da cidade incorporando em seu sistema de referências modelos exteriores ao contexto paulistano no tempo e/ou no espaço. Às teses de Bruno e Mattos sobre as fases do desenvolvimento paulistano subjaz um inegável evolucionismo, inspirado na imagem de um suposto “progresso” que a São Paulo dos anos cinqüenta – na qual vivem e escrevem seus estudos –, vivenciaria. Os argu-

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

mentos de Morse sobre a completa modificação nas formas de vida, por sua vez, não podem ser desvinculados da constante referência do autor à “cidade moderna”, dotada de “perspectiva urbana”. Quando Pereira de Queiroz e von Simson, por sua vez, ressaltam o peso da “transformação”, assumem como fio condutor de suas análises a introdução de costumes da “civilização européia burguesa” no mundo urbano brasileiro e, em especial paulistano com o lastro do enriquecimento do entorno rural. Lanna focaliza as intervenções urbanísticas modernas ocorridas no espaço da rua, e Rolnik, a nova legislação urbanística implementada, tendo, ambas, como pano de fundo a dinâmica urbana dos países capitalistas centrais ao longo dos séculos XVIII e XIX. Mensuradas nos termos desses sistemas de referências, as propriedades do devir paulistano consideradas “significativas” são de fato aquelas mais “próximas” – em termos lévi-straussianos – do processo de modernização originado historicamente nos países europeus. Já que, em fins do Oitocentos, essas propriedades passam de fato a se fazer mais presentes em São Paulo, velocidade, rapidez e ruptura são os marcos das abordagens que por elas se orientam.

Diferentemente, quando – como ocorre nas duas últimas tendências aqui apontadas – o respectivo estudioso pauta seu sistema de referências no contexto urbano brasileiro – em particular paulistano – oitocentista, assumem o primeiro plano das análises instituições e grupos emergidos historicamente no passado colonial da cidade. A temática que amarra a argumentação de autores como Freyre, Holanda, Candido e Naclério Homem, por exemplo, é a das relações patriarcais e escravistas vigentes historicamente na família brasileira – em particular, paulistana. Fernandes, Cardoso e Costa, por sua vez, aludem, cada um à sua maneira, ao caráter hierarquizado respectivamente das relações raciais, socioeconômicas e políticas então vigorantes, já que focalizam *essas* dimensões dos relacionamentos no âmbito da cidade ou do vínculo cidade-campo. Precisamente por se concentrarem em grupos situados à margem, na sociedade paulistana da época (sejam eles mulheres pobres ou as populações do subúrbio), Dias e Martins, respectivamente, aludem ao peso de toda uma realidade



sociocultural e econômica que vai na contramão das ambições político-econômicas da urbanização em curso. O que caracteriza essas histórias todas é uma relativa lentidão – em meio à alusão às inegáveis outras mudanças então engendradas.

É nesse sentido que as duas últimas tendências mencionadas ao longo deste texto têm bastante em comum. É do interior dessa convergência básica de “focalizações”, emerge a peculiaridade do último tipo de abordagem a que me referi nas páginas precedentes. Ela gira em torno de uma característica bem específica desses últimos estudos. Essas reflexões se preocupam, em termos teórico-metodológicos, com a categoria de cotidiano. Para além das perspectivas teóricas diferenciadas a partir das quais trabalham essa noção, o fato é que os autores atentam para a escala antropológica mais significativa da vida social: sua dimensão “local” ou “cotidiana”, dizem alguns; “microsocial” ou “micro-histórica”, dizem outros. Isso acaba por tornar “significativa” para o pesquisador uma gama mais ampla de “propriedades”. São aspectos ligados tanto ao antigo quanto ao moderno, tanto ao passado quanto ao futuro, e que coexistem na cidade em fins do XIX moldando um presente de historicidade marcada pela oscilação.

E eis que a discussão nos conduz a outras paragens. Deparamo-nos com um dos “dilemas da modernidade” em São Paulo – e por que não no Brasil em geral?: a definição da “situação” a partir da qual falamos quando nos propomos a interpretar a realidade sociocultural do país. Mas esta já é outra história. O que importa, para os fins deste texto, é que ao interrelacionarem as “significações” variadas que vão dando às “propriedades” do processo de urbanização paulistano de fins do XIX, esses estudos todos vão contribuindo, de forma mais ou menos intencional, ao longo do tempo, para a construção – sempre a ser levada adiante – de um pensamento social sobre a urbanização paulistana oitocentista. ■

*Abstract:* Based on Claude Lévi-Strauss' remarks on the notion of *historicité* my aim is to analyse interpretations about São Paulo urbanization of the late 19<sup>th</sup> century. It is an interesting context for social thought because of the apparent linearity of its historical development amidst the intense socio-economic, demographic, physical

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

and urbanistic changes the city went through above all as of the 1870s. The interpretations on the *historicité* of the process mainly depend on the “signification” the different properties 19<sup>th</sup> century São Paulo have for each author, who is involved in a specific “system of references”.

*Uniterms:* São Paulo (city); urbanization (history); 19<sup>th</sup> century; *historicité*; signification.

## Bibliografia

ANDERSON, Perry. Modernidad y revolución. (1<sup>a</sup> edição 1983), *Cuadernos del Sur*, (4), 1986, pp. 124-148.

AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrázio de. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Provincia de São Paulo*. São Paulo, Livraria Martins Editora, [1879], 1953.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo. (Arraial de Sertanistas, 1554-1828)*. São Paulo, HUCITEC, [1953], 1983a.

\_\_\_\_\_. *História e Tradições da Cidade de São Paulo. (Burgo de Estudantes, 1828-1872)*. São Paulo, HUCITEC, [1953], 1983b.

\_\_\_\_\_. *História e Tradições da Cidade de São Paulo. (Metrópole do Café, 1872-1918; São Paulo de Agora, 1919-1954)*. São Paulo, HUCITEC, [1953], 1983c.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, Difel, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, (11), junho 1951, pp. 31-58.

\_\_\_\_\_. O café e a industrialização na cidade de São Paulo. *Revista de História*. São Paulo, ano 11, (42), abril-junho 1960, pp. 471-476.

COSTA, Emília Viotti da. Urbanização no Brasil no século XIX. [1970] .In: \_\_\_\_\_. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo, Difel, [1961], 1971.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São



- Paulo, Brasiliense, 1994a.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1994b, pp. 13-28.
- DINIZ, Firmo de Albuquerque (Junius). *Em São Paulo – Notas de viagem*. São Paulo, Dolivais Nunes Editor, 1882.
- FERNANDES, Florestan. Aspectos mágicos do folclore paulistano. *Sociologia*. São Paulo, 6(2-3), 1944, pp. 79-99.
- \_\_\_\_\_. As “trocinhas” do Bom Retiro. Separata da *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, (113), 1947, pp. 13-124.
- \_\_\_\_\_. Cantigas de ninar paulistanas. *Trópico*. ano 1, (1), 1952a.
- \_\_\_\_\_. Contribuição para o estudo das adivinhas paulistanas. Separata da *Revista de História*. São Paulo, (9), 1952b, pp. 107-164.
- \_\_\_\_\_. Do escravo ao cidadão. In: BASTIDE, Roger & \_\_\_\_\_. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. São Paulo, UNESCO/Anhembi, 1955a, pp. 16-66.
- \_\_\_\_\_. Cor e estrutura social em mudança. In: BASTIDE, Roger & \_\_\_\_\_. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. São Paulo, UNESCO/Anhembi, 1955b, pp. 67-122.
- \_\_\_\_\_. Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo. (1ª edição 1955c). In: \_\_\_\_\_. *Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*. São Paulo, Difel, 1960, pp. 179-201.
- FREHSE, Fraya. *Entre o passado e o presente, entre a casa e a rua: Tempos e espaços na cidade de São Paulo de fins do Império*. São Paulo, 1999, 198 pp. Dissertação (mestrado). FFLCH-USP.
- FREITAS, Affonso de. *Tradições e Reminiscências Paulistanas*. São Paulo, Monteiro Lobato & Cia., [1921], 1978.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos. Decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1936.
- \_\_\_\_\_. *Ordem e Progresso. Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: Aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, [1959], 1962.

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, [1936], 1984.
- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo, Livraria Martins/EDUSP, [1883] 1972.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos. São Paulo, mimeo, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *Uma Cidade na Transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo/Santos, HUCITEC/Prefeitura Municipal de Santos, 1996b.
- LEFORT, Claude. Sociedades "sem história" e historicidade [1952]. In: \_\_\_\_\_. *As Formas da História. Ensaios de antropologia política*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena de Souza Chauí. São Paulo, Brasiliense, 1979, pp. 37-56.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Race et Histoire. In: *La Question Raciale Devant la Science Moderne*. Paris, UNESCO, 1952.
- \_\_\_\_\_. Raça e História [1952]. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia Estrutural Dois*. Trad. Chaim Samuel Katz. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976, pp. 328-366.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. "O campo da Antropologia". *Cadernos de História de São Paulo*, 1, São Paulo, Museu Paulista (USP), 1992, pp. 45-56.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil (República: da Belle Époque à Era do Rádio)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 131-214.
- \_\_\_\_\_. *Através da Rótula. Sociedade e arquitetura urbana no Brasil. Séculos XVII-XX*. 2 vols. São Paulo, 1999. Tese (doutorado). FFLCH-USP.
- MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo, 1554-1910*. 2 vols. São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1912.
- MARTINS, José de Souza. O café e a gênese da industrialização em São Paulo [1977]. In: MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 6ª ed. São Paulo, HUCITEC, 1996, pp. 97-116.
- \_\_\_\_\_. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo/São Caetano do Sul, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.
- \_\_\_\_\_. Retratos de Florestan [1995]. In: \_\_\_\_\_. *Florestan. Sociologia e Consciência Social no Brasil*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1998, pp. 23-32.
- \_\_\_\_\_. Apontamentos sobre vida cotidiana e História. In: \_\_\_\_\_. *A Sociabilidade do Homem Simples. Cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo, Hucitec, 2000, pp. 93-109.
- MATTOS, Odilon Nogueira. A cidade de São Paulo no século XIX. *Revista de História*. ano



- 6, (21-22), São Paulo, 1955, pp. 89-170.
- MONBEIG, Pierre. *La Croissance de la Ville de São Paulo*. Grenoble, Institut et Revue de Geographie Alpine, 1953.
- MORSE, Richard. Raízes oitocentistas da metrópole. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, tomo XIV, 1950, pp. 455-487.
- \_\_\_\_\_. A cidade de São Paulo no período de 1870 a 1890 (I). *Sociologia*. São Paulo, 14(1), 1952, pp. 17-42.
- \_\_\_\_\_. *Formação Histórica de São Paulo (De comunidade à metrópole)*. São Paulo, Difel, [1954], 1970.
- MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora: Evocações da metrópole*. São Paulo, Livraria Martins, [1932], 1943.
- NACLÉRIO HOMEM, Maria Cecília. *O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira (1867-1900)*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- PAULA, Eurípedes Simões de. *Contribuição Monographica para o Estudo da Segunda Fundação de São Paulo*. São Paulo, mimeo, 1936.
- PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900 - Impressões de viagem*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, [1900], 1979.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1994.
- PRADO JÚNIOR, Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. *Geografia*. São Paulo, (3), 1935, pp. 239-262.
- \_\_\_\_\_. Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo. *Estudos Brasileiros*. São Paulo, 3(7), 1941.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Singularidades sócio-culturais do desenvolvimento brasileiro [1971]. In: \_\_\_\_\_. *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil (Ensaio)*. Rio de Janeiro, LTC/EDUSP, 1978.
- \_\_\_\_\_. Do rural e do urbano no Brasil [1973]. In: \_\_\_\_\_. *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil (Ensaio)*. Rio de Janeiro, LTC/EDUSP, 1978.
- \_\_\_\_\_. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros [1978]. In: \_\_\_\_\_. *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil (Ensaio)*. Rio de Janeiro, LTC/EDUSP, 1978.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. São Paulo (1875-1975). *Revista de História*. São Paulo, ano 27, 54(108), 1976, pp. 419-502.

Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse



Continuidade, ruptura ou o quê?  
Repensando interpretações sobre a  
urbanização paulistana de fins do XIX.  
Fraya Frehse

- RAFFARD, Henri. Alguns dias na Paulicéia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 55(2). Rio de Janeiro, 1893.
- ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, FAPESP/Studio Nobel, 1997.
- SAMPAIO, Teodoro. São Paulo no século XIX [s.d.]. In: \_\_\_\_\_. *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos*. Coleção Dimensões do Brasil. Petrópolis, Vozes, 1979.
- SANT'ANNA, Nuto. *Metrópole: História da cidade de São Paulo*. São Paulo, DPH, 1950-1953.
- SIMSON, Olga Moraes von. *A Burguesia se diverte no Reinado de Momo: Sessenta anos de evolução do carnaval na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1984. Dissertação (mestrado). FFLCH-USP.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana (vol. 1)*. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro, Zahar Editor, [1989] 1993.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*. São Paulo, Empresa das Artes, 1996.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e Forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo, HUCITEC, 1998.